

APRESENTAÇÃO

O Código de Conduta da ECOS tem demonstrado ser um documento dotado de significativa importância, no contexto do funcionamento da Entidade. Seja porque nele estão registrados padrões de comportamento indispensáveis ao saudável desempenho das atividades exercitadas pelos integrantes da administração da Fundação - diretores, conselheiros e funcionários - mas também para que seu quadro social conheça, com clareza, os cuidados que todos temos com a conduta pessoal dos gestores e demais servidores da ECOS, todos nós que somos agentes responsáveis pela manutenção da ética, no âmbito da nossa Fundação.

O Código foi criado em julho de 2001 e, na presente oportunidade, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do próprio Comitê de Conduta, sentindo a necessidade de aperfeiçoamento do texto existente, participaram da elaboração de um novo texto, contendo alguns aspectos complementares, dentre os quais destacamos os seguintes: um capítulo para o processo de apuração das infrações, outro para a classificação das infrações e para a definição e aplicação das penalidades. Foram incluídos, entre os gestores de manutenção da ética, os membros do Conselho Fiscal, sendo que o Comitê de Conduta, cujos mandatos poderão ser renovados, passa a contar com suplentes para os impedimentos eventuais dos titulares.

Conheçam, a seguir, o novo Código de Conduta da ECOS, com um texto aperfeiçoado, mas ainda sujeito a observações que possam enriquecer o seu conteúdo e os seus objetivos.

A Diretoria Executiva
Abril 2007

ÍNDICE

Apresentação	1
Capítulo 1	3
Dos Princípios Básicos	3
Seção I - Dos Fundamentos Éticos	3
Seção II - Dos deveres essenciais do Gestor	4
Seção III - Das vedações	6
Seção IV - Dos atos de improbidade funcional	6
Capítulo 2	10
Do Comitê de Conduta	10
Capítulo 3	12
Seção I - Das Infrações	12
Seção II - Do Processo de Apuração	13
Seção III - Das Penalidades	14

CAPÍTULO I



Dos Princípios Básicos

Seção I

Dos Fundamentos Éticos

Artigo 1º - Fica instituído o Código de Conduta da Fundação ECOS, com as seguintes finalidades:

- I - tornar visíveis as regras internas de conduta dos Gestores da Fundação;
- II - contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos utilizados na Fundação, a partir do exemplo apresentado pelos Gestores;

III - preservar a imagem e a reputação dos Gestores, cuja conduta pessoal esteja fundamentada nas normas éticas do presente Código;

IV - criar mecanismo de consulta, para permitir o esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética do Gestor.

Artigo 2º - Para as finalidades deste Código, são considerados Gestores:

I - os membros titulares dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e os suplentes que os substituírem;

II - os membros da Diretoria Executiva;

III - os funcionários da Fundação ECOS.

Artigo 3º - Impõe-se aos Gestores conduta ilibada, em consonância com os preceitos da moral individual, social e profissional e com as normas jurídicas e os deveres éticos pertinentes para a concretização dos direitos e interesses legítimos dos participantes e assistidos, a partir da condução, com absoluta correção, integridade e lealdade, dos destinos da Fundação ECOS, objetivando a otimização dos seus resultados.

Artigo 4º - O Gestor deverá agir sempre com probidade, honradez, retidão, dignidade, independência, lealdade, decoro, veracidade, boa-fé e eficiência.

Parágrafo Único - Os Gestores têm todos os mesmos deveres éticos, não podendo, em favor de interesses dos que os escolheram ou elegeram, faltar a esses deveres, pelo que devem sempre agir de acordo com as regras da moral e do direito, sem o temor de desagradar terceiros e ao poder político.

Seção II

Dos deveres essenciais do Gestor

Artigo 5º - Deve o Gestor:

I - aplicar, como o faz a pessoa atuante e honrada na gestão dos seus próprios negócios, todo o zelo e diligência, e os recursos de seu saber e talento, em proveito do desenvolvimento da Fundação ECOS, e do setor da previdência privada de caráter fechado, para a plena satisfação dos participantes e assistidos;

II - atender às exigências da função social da Fundação ECOS, atuando segundo a razoabilidade e a equidade;

III - empregar a cortesia, a urbanidade, a atenção, e agir de boa vontade, no trato com as demais pessoas;

IV - prestar, sem retardo, contas de seus atos, condição essencial da sadia administração de bens, direitos e serviços da comunidade a seu cargo, que envolve significativa parcela da poupança pública;

V - resistir a todas as espécies de pressões indevidas e, além disso, denunciá-las;

VI - exercer, com estrita moderação, as prerrogativas que lhe são atribuídas, abstendo-se do exercício contrário aos direitos e legítimos interesses dos participantes e assistidos da Fundação ECOS e de suas patrocinadoras;

VII - apresentar sugestões ou críticas construtivas, visando ao aprimoramento da qualidade do trabalho;

VIII - questionar as orientações contrárias aos princípios e valores da Fundação ECOS;

IX - reconhecer honestamente eventual erro cometido e comunicá-lo imediatamente ao seu superior hierárquico;

X - comunicar, imediata e formalmente, ao seu superior hierárquico, sempre que considerar encontrar-se em conflito de interesses ou quando suspeitar ou tomar conhecimento de fato que possa prejudicar a Fundação ECOS ou que contrarie os princípios deste Código;

XI – na hipótese apresentada no Inciso X deste artigo, quando houver urgência na decisão, o Gestor deve tomá-la com base no bom senso e fundamentado no Código de Conduta, procedendo, “a posteriori”, o necessário comunicado a seu superior hierárquico, indicando como utilizou os princípios deste Código;

XII - contribuir para a permanente higidez econômica, financeira e administrativa da Fundação ECOS.

Seção III

Das vedações

Artigo 6º - É vedado ao Gestor:

I - exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha aos interesses da Fundação ECOS, mesmo que sejam observadas as formalidades legais extrínsecas e que inexista violação expressa à lei;

II - praticar ato de liberalidade à custa da Fundação ECOS;

III - aplicar, sem autorização do órgão estatutário competente, recursos da Fundação ECOS na aquisição de bens, ações, cotas ou obrigações das patrocinadoras ou de empresas a elas de algum modo vinculadas, ou a Gestor da própria fundação;

IV - assumir, na função de Gestor, posição político-partidária, religiosa ou de dirigente de clube esportivo;

V - dar conhecimento a terceiros, sem autorização do órgão estatutário competente, de negócios ou providências administrativas em andamento, pondo em risco sua consumação ou eficácia;

VI - dar conhecimento a terceiros de informações sobre assuntos internos da Fundação ECOS, que ainda não sejam de conhecimento público;

VII - propor ou autorizar a admissão, na Fundação ECOS, de funcionários que possuam parentesco, até terceiro grau, direto ou por afinidade, com os Gestores.

Seção IV

Dos atos de improbidade funcional

Artigo 7º - Além do descumprimento dos deveres e da transgressão das vedações, e dos atos previstos em lei, identificam-se como atos de improbidade profissional do Gestor:

I - causar, dolosa ou culposamente, dano moral ou material a participantes e assistidos, à Fundação ECOS, suas patrocinadoras ou a terceiros;

II - solicitar, exigir ou receber, em razão da função, para si ou para outrem, qualquer espécie de vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem;

III - usar, indevidamente, em proveito próprio ou de terceiros, bens, serviços ou recursos da Fundação ECOS; ou usar, para fins particulares, ou repassar a terceiros, metodologias, tecnologias e outros sistemas de conhecimento adquiridos pela Fundação ECOS, ou por ela desenvolvidos;

IV - valer-se, em benefício próprio ou alheio, de oportunidades negociais de que tenha conhecimento em razão do exercício do seu cargo; ou realizar negócio próprio ou alheio, valendo-se da influência de negócio, concluído ou em andamento, entre a Fundação ECOS e terceiros;

V - omitir-se na proteção e efetivação de direitos e legítimos interesses da Fundação ECOS, ou, visando à obtenção de vantagem, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócios de interesse da entidade;

VI - ter comportamento pessoal reprovável, inclusive tornar-se inadimplente contumaz em seus negócios particulares, ou envolver-se em atividades particulares não autorizadas, que interfiram no tempo de trabalho dedicado à Fundação ECOS;

VII - omitir-se na cobrança ou recolhimento de contribuições devidas à Fundação ECOS e, se for o caso, deixar de proceder a execução judicial da dívida; ou deixar, injustificadamente, de recolher, no prazo devido, os ônus legais de que a Fundação ECOS seja devedora;

VIII - permitir ou facilitar:

a) a alienação ou utilização de bem integrante do patrimônio da Fundação ECOS, ou a prestação de serviço por parte dela, por preço inferior ao de mercado;

b) a aquisição ou utilização, pela Fundação ECOS, de bem ou serviço, por preço superior ao de mercado.

IX - realizar operação financeira que não se revista de segurança, liquidez e rentabilidade, ou aceitando garantia insuficiente ou inidônea; ou liberar recurso

da Fundação ECOS sem a estrita observância das normas pertinentes, ou influir para a sua aplicação irregular;

X - permitir ou facilitar que terceiros se enriqueçam ilicitamente em prejuízo da Fundação ECOS;

XI - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de seu ofício ou praticá-lo, visando a finalidade não permitida expressamente em lei, estatuto ou regulamento, ou diverso daquele previsto na regra de competência; ou ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em regulamento ou orçamento;

XII - deixar, ilegitimamente, de proceder ao pagamento de benefício a quem de direito, ou realizá-lo, por dolo ou culpa, a quem não faça jus à sua percepção; ou procrastinar ou dificultar a fruição de direitos, por participantes e assistidos, ou por funcionários da Fundação ECOS;

XIII - fraudar escriturações, lançamentos, registros, relatórios, pareceres e outras manifestações ou informações, com o fim de sonegar resultados, positivos ou negativos, ou desfalcar ou desviar fundos de reservas, provisões ou reservas técnicas;

XIV - receber presentes pessoais, vantagens ou favores de natureza particular, viagens de passeio, participações em eventos etc., originados de pessoas ou empresas que mantêm ou que pretendem manter negócios com a Fundação ECOS;

XV - Não se consideram presentes para a finalidade do inciso anterior:

a) objetos que não tenham valor comercial ou;

b) que sejam distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, e que não tenham valor significativo, assim considerado o superior a um salário mínimo;

c) itens de valor superior ao estabelecido na alínea anterior e que, por circunstâncias diversas, não puderem ser recusados, pertencerão à Fundação ECOS e deverão ser entregues ao seu Diretor Presidente.

Parágrafo Único - não se consideram vantagens incluídas nas características e finalidades da vedação prevista no inciso XIV:

a) a participação em reuniões de trabalho, seminários ou simpósios de conteúdo técnico, promovidos por entidades de qualquer natureza, com ou sem custo para a Fundação ECOS;

b) a participação em eventos de conagração, com a presença de membros do corpo funcional ou de participantes e assistidos de entidades fechadas de previdência privada, com patrocínio parcial ou total de outras entidades;

XVI - adotar atitude que discrimine pessoas com as quais mantenha relação profissional, em função de cor, sexo, religião, origem, classe social, idade ou incapacidade física;

XVII - manifestar-se, em nome da Fundação ECOS, quando não autorizado ou habilitado para tal;

XVIII - patrocinar ou orientar pessoa a interpor medida administrativa ou judicial contra a Fundação ECOS, ou seus dirigentes (como tal, pondo em risco o patrimônio ou a credibilidade da instituição);

XIX - promover ou concordar com admissão ou manutenção de funcionário que conheça como desidioso, desprovido de qualificação adequada ou desnecessário aos serviços.

XX - ser conivente com infração ao presente código.

CAPÍTULO II



Do Comitê de Conduta

Artigo. 8º - Fica criado o Comitê de Conduta, com as seguintes finalidades:

I – avaliação da atualidade do Código, bem como a promoção da disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética dentro da entidade;

II - orientação a Gestores e ex-Gestores, respondendo a consultas em tese que lhe forem formuladas;

III - deliberação sobre dúvidas de interpretação do texto do Código;

IV - julgamento de casos de violação do Código.

Artigo 9º -O Comitê de Conduta será constituído por três (03) membros titulares e respectivos suplentes, escolhidos pelo Conselho Deliberativo, pela Diretoria Executiva e pelos funcionários da Fundação ECOS, na proporção de um (01) titular e um (01) suplente por cada um dos três (03) segmentos;

I - Os membros titulares do Comitê escolherão seu Presidente;

II - Os membros do Comitê terão mandato de dois (02) anos, permitida a recondução;

III - Os suplentes substituirão os respectivos membros titulares nos impedimentos eventuais;

IV - Em caso de vacância de cargo de membros titulares ou suplentes do Comitê de Conduta, será escolhido o sucessor, no prazo de trinta dias, pelo mesmo critério da escolha do antecessor, para a conclusão do mandato.

V - As decisões do Comitê serão tomadas pela maioria dos seus membros;

VI - Das decisões adotadas pelo Comitê de Conduta, caberá recurso ao Conselho Deliberativo, que decidirá sem o voto do membro do Conselho Deliberativo que tenha participado da decisão recorrida.

Artigo 10 – Os membros titulares e suplentes do Comitê de Conduta não farão jus a remuneração pelo exercício do cargo.

Artigo 11 – Compete ao Presidente do Comitê de Conduta:

I – convocar, quando necessário, e dirigir as reuniões do Comitê;

II – representar a Comissão de Conduta em reuniões com a Diretoria Executiva e junto ao Conselho Deliberativo;

III – solicitar, à Diretoria Executiva, a designação de funcionário da Fundação ECOS para secretariar as reuniões, elaborar as respectivas atas, cuidar da correspondência e respectivo arquivo;

IV - solicitar, quando julgar necessário, apoio técnico à Diretoria Executiva;

V - adotar outras providências, devidamente autorizadas pelo Comitê.

CAPÍTULO III



Seção I

Das Infrações

Artigo 12 – Classificação da Infração:

I - Moderada – quando a atitude do destinatário for considerada sem má-fé e não gerar prejuízo financeiro e tampouco prejudicar a imagem da Fundação ECOS; ou quando a atitude do destinatário for considerada sem má-fé mas gerar prejuízo financeiro, entretanto com possibilidade de ressarcimento de imediato do montante integral, devidamente atualizado, aos cofres da Fundação ECOS, com o próprio patrimônio do infrator;

II - Grave –quando a atitude do destinatário for considerada com má-fé, podendo gerar prejuízo financeiro ou prejudicar a imagem da Fundação ECOS.

Seção II

Do Processo de Apuração

Artigo 13 – Para cumprimento da disposição do Artigo 8º, inciso IV, fica criado o Processo de Apuração, a ser instaurado, “de ofício”, por quaisquer dos membros titulares do Comitê de Conduta, mediante denúncia escrita de qualquer Gestor, com os objetivos de apuração da veracidade da denúncia apresentada, da identificação das responsabilidades e, nos casos de confirmação dos fatos apontados que configurem violação do Código, do enquadramento da Infração à respectiva classificação do Artigo 12.

I – A inicial para instauração do processo deverá conter a descrição detalhada do fato gerador da violação, seu enquadramento no Código de Conduta e a indicação de sua comprovação;

II – O(s) envolvido(s) será(ão) notificado(s) para apresentação de defesa, no prazo de dez (10) dias corridos, a contar do recebimento de notificação específica;

III - Recebida a defesa, o Presidente designará pauta e convocará reunião para a sessão de julgamento, dando-se conhecimento ao(s) envolvido(s);

IV- Os casos eventuais de suspeição ou impedimento, para uma plena atuação naquele caso em pauta, deverão ser declarados pelo próprio membro do Comitê ou por qualquer outro Gestor;

V - Durante o Processo de Apuração, o Comitê de Conduta poderá solicitar o afastamento do(s) envolvido(s) por tempo determinado, nunca superior a trinta (30) dias;

VI - Analisadas as razões apresentadas pela defesa, o Comitê adotará a decisão;

VII - O Processo de Apuração terá caráter confidencial.

Seção III

Das Penalidades

Artigo 14 – A violação de disposição deste código sujeitará o infrator aos seguintes tipos de penalidades, podendo ser alteradas, por entendimento do Comitê de Conduta, de acordo com a frequência das ocorrências fixadas nos itens:

I - Infração Moderada – advertência ou censura ética;

II - Infração Grave

a) demissão da Fundação ECOS por justa causa para os empregados do quadro próprio;

b) pedido de exoneração para os membros de Órgãos Estatutários;

c) para as pessoas que estiverem prestando serviços nas dependências da Fundação ECOS, pedido de substituição ao seu empregador;

d) solicitação de abertura de inquérito policial nos casos em que a infração seja configurada crime previsto no Código Penal.

Artigo 15 – Estabelecido como caso de infração enquadrada no item “I” do Artigo 12 deste Código de Conduta, o Comitê faz a advertência escrita ao Gestor e remete o processo, juntamente com as conclusões, à Diretoria Executiva, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal.

Artigo 16 – Para as infrações enquadradas nos itens I e II do Artigo 12 deste Código de Conduta, recebido o processo, serão aplicadas as medidas decididas pelo Comitê de Conduta, previstas no Artigo 14, sendo pela Diretoria Executiva no caso do corpo de funcionários ou de seus próprios membros, e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, nos caso dos respectivos membros.

Artigo 17 - Como decorrência das observações verificadas no Processo de Apuração, o Comitê de Conduta poderá propor providências, junto à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo, objetivando impedir novas ocorrências do fato violador de norma do Código de Conduta.

Artigo 18 - O Código de Conduta entra em vigor na data de sua aprovação, cabendo à Diretoria Executiva sua divulgação.

O Código de Conduta da ECOS foi criado em 26 de julho de 2001 e modificado em 23 de março de 2007, em ambas as ocasiões mediante decisões do Conselho Deliberativo, ao apreciar propostas da Diretoria Executiva.

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS

Conselho Deliberativo

Antônio Pedreira de Freitas Burity

Presidente

Edílson Carvalho Lauria

Gileno Néri

José de Sá Neto

Pedro Gomes da Silva

Reynaldo Giaróla

Conselho Fiscal

Luiz Garcia Hermida

Presidente

Arlindo Maltez Alves

Fernando Balallai Alves Neto

Diretoria Executiva

Luiz Ovídio Fisher

Diretor Presidente

Jussara Carvalho Salustino Gonzalez

Diretora Administrativo Financeira

Roberto de Sá Dâmaso

Diretor de Seguridade

Endereços

Rua Torquato Bahia, 03 – Ed. Quirino José Gomes, 2º Andar – Comércio

CEP: 40.015-110 – Salvador – Bahia – Brasil

Central de Atendimento ECOS: 0800-71-2600

Fone: 55 XXX (71) 3241.2600

Fax: 55 XXX (71) 3242.3255

Website: <http://www.fundacaoecos.org.br>

e-mail: atende@fundacaoecos.org.br